

VIA TEOLÓGICA

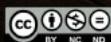
Volume 23 – Número 45 – jun. / 2022

ISSN 2526-4303 (ON LINE)

ARTIGO

ELES ERAM TUDO

Dr. João Pedro Gonçalves Araújo



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

ELES ERAM TUDO

They were everything

Dr. João Pedro Gonçalves Araújo¹

¹ O autor é Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB), Bacharel em Filosofia pela UnB, Mestre em Ciências da Religião pela UMESP, Doutor em Sociologia pela UnB e Pós-Doutor pela PUC/GO. Está associado ao corpo docente da Faculdade Teológica Batista de Brasília. E-mail: profarau@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina a relação dos batistas brasileiros com os missionários da mesma denominação vindos dos Estados Unidos. Estes, detentores do saber letrado, saber teológico, poder econômico tiveram mais que adeptos à pregação do evangelho. Da conversão à mensagem pregada, o fiel se apegou à sua pessoa, saber, poder e modo de ser e agir dos norte-americanos. Assim, foram mais que simples seguidores de Jesus, tornaram-se seguidores e defensores do ‘*ethos*’ do missionário, incluindo suas práticas nas igrejas, importando o modo de adorar implantado por eles, concedendo todo o poder e decisão àqueles que reputaram ser bispos, apóstolos, afinal, tudo na denominação. A dominação branda e assimétrica tornou-se o padrão do missionário passou a ser norma na mente dos líderes brasileiros e prática defensável de forma acrítica em suas igrejas.

114

Palavras-chave: Igreja batista. Protestantismo. Missionários. Dominação. Missão de Richmond. Convenção Batista Brasileira.

ABSTRACT

This article examines the relationship of Brazilian Baptists with missionaries of the same denomination from the United States. These, holders of literate knowledge, theological knowledge and economic power had more than adherents to the preaching of the gospel. From conversion to preached message, the believer clung to himself, knowledge, power, and way of being and acting of Americans. Thus, they were more than mere followers of Jesus, became followers and defenders of the missionary’s “ethos”, including its practices in the churches, importing the way of worship implanted by them, granting all power and decision to those who reputed themselves to be bishops, apostles, after all, everything in the denomination. The

lenient and asymmetric domination became the standard of the missionary, became the norm in the minds of Brazilian leaders and defensible practice, in an uncritical way, in their churches.

Keywords: Baptist Church. Protestantism. Missionaries. Domination. Richmond Mission. Brazilian Baptist Convention.

INTRODUÇÃO

Uma das formas como o protestantismo histórico se reconhece no Brasil é na relação de antagonismo com o catolicismo; ser protestante é não fazer o que o católico faz. Outra marca desse protestantismo se dá pela imitação das igrejas norte-americanas que para estas terras transplantaram suas crenças, práticas e pensamentos através dos seus fiéis e dos missionários vindos às centenas.

Tais marcas se perpetraram e perduram por mais de um século nas igrejas brasileiras. E, como a religião tende a se tradicionalizar com o tempo, os adeptos passam a acreditar que a fidelidade ao Evangelho equivale a guardar e preservar a lembrança do que fez e ensinou o missionário norte-americano.

Neste texto, examino a obra de Antônio Neve de Mesquita: *História dos batistas no Brasil de 1907 até 1935*. Nessa obra, que descreve os primórdios de sua denominação, o autor justifica, defende, incentiva e ensina todas as ações do missionário. Pretendo mostrar também como essa ideia se fixou no imaginário do fiel brasileiro, especialmente dentro do movimento batista.

A força simbólica – além da presencial – do missionário pode ser vista em praticamente tudo o que as igrejas originadas do trabalho missionário: os hinos, a ceia, a forma do governo na igreja, as vestes dos pastores, os bancos, a arquitetura dos edifícios religiosos, o horário das reuniões, a forma de pensar, pregar, ensinar, a teologia e os nomes das organizações.

Referindo-se especificamente aos batistas, objeto de nossa pesquisa, suas doutrinas, práticas e crenças foram forjadas a partir da produção literária para consumo e ensino dos fiéis. Desde a chegada dos primeiros missionários até as primeiras cinco décadas da existência dessa denominação no Brasil, eles foram os detentores do saber letrado, produtores da literatura, responsáveis pela criação de gráficas, impressão de jornais, revistas de Escola Dominical, folhetos, material apologético e evangelístico como se vê a seguir.

- Alonzo Bee Christie: Subsídios para a história dos batistas Fluminenses;
- B. Langston: Noções de ética prática, Teologia bíblica e sistemática, O princípio do individualismo, A doutrina do Espírito Santo;
- R. Crabtree: Arqueologia bíblica, História dos batistas do Brasil, Dicionário Hebraico-Português, Introdução ao estudo do Novo Testamento, O sermão textual, A esperança messiânica, Teologia bíblica do Velho Testamento;
- H. H. Muihead: O cristianismo através dos séculos;
- J. J. Taylor: Harmonia dos Evangelhos (tradução), A arte de pregar (tradução);
- John Mein: A causa batista em Alagoas, A Bíblia e como chegou até nós;
- Rosalee Mills Appleby: Ouro, incenso e mirra, A vida vitoriosa;
- Salomão Ginsburg: Um judeu errante no Brasil;
- William C. Taylor: Gramática grega, Dicionário grego, Manual das Igrejas, Comentário ao Evangelho de João, Comentário à Epistola de Tiago;
- Zacarias Clay Taylor: O retrato de Maria no céu, História dos batistas.

Além da bibliografia acima, várias biografias escritas por nacionais, colegas e parentes ajudaram a sedimentar o imaginário brasileiro acerca dos missionários.

MESQUITA

O texto que expomos aqui pode ser compreendido mediante algumas referências. Mesquita fez parte da história viva do grupo e seu relato deixa isso evidente. As intrigas entre os missionários ou entre brasileiros e norte-americanos e o tanto de páginas que o autor despense para narrá-las são indícios claros da importância que deu ao assunto e de como esteve envolvido em todo o processo histórico. Ele foi autor participante da história que escreveu.

Ao se aproximar o cinquentenário da organização da Igreja Batista em Salvador, fundada em 1882 e considerada pela denominação a primeira do Brasil, a Convenção Batista Brasileira decidiu em 1927 escrever a História dos batistas em cada Estado. Crabtree e Mesquita foram escolhidos para escrever a história geral dessas igrejas. O primeiro volume, abrangendo os anos 1882-1906, escrita por Crabtree, foi publicado em 1937. O segundo, obra de Mesquita, foi publicado em 1940.

Esse autor afirma que o seu trabalho foi preparado cuidadosamente para registrar mais fielmente os fatos; ele reivindicou escrever de um ponto de vista isento e correto, se esforçando ao máximo por não romancear, mas agir como historiador justo. Cito aqui dois exemplos: “Nós nunca podemos dar, nesta breve crônica histórica, lugar bastante amplo a descrições das maravilhas divinas no desenvolvimento do trabalho batista. Se o pudéssemos ter feito, teríamos escrito romances e não história”. Segundo exemplo: “Se não fora a história que estamos procurando escrever e que por isso nos obriga a ser frios e precisos, poderíamos escrever um bom romance sobre as lutas do trabalho no Rio Grande do Sul, e em Mato Grosso” (MESQUITA, 1940, p. 317-338).

Mesquita dá claras evidências de que ele está no texto e que faz parte da história: escreve na primeira pessoa do singular ou do plural deixando-se implicar no enredo que narra e participa. Seu texto está recheado de tais implicações: “nossos irmãos”, “nossos métodos”, “nossos missionários”, “nossa literatura”, “nossas Convenções”, “nos podemos orgulhar”. A citação a seguir corrobora nossa afirmação: “Quem assistiu a esses admiráveis repositórios do trabalho batista teve a inconfundível impressão de que nós eramos naqueles dias um povo de vida própria, com um programa glorioso” (MESQUITA, 1940, p. 211). Algumas vezes, tentou escrever sem parecer autobiográfico, mas sem muito sucesso:

Surgiu a necessidade de outra visita aos EUA [...] Novamente recaiu a incumbência em Mesquita [...] teve impetos de voltar a Richmond, mas desesperançado [...] e sendo o propósito de todos não buscar mais a Junta de Richmond [...] Depois de viajar entre as igrejas durante seis meses, voltou ao Brasil [...] Era triste ver irmãos que outrora se amavam, desentenderem-se agora, mormente não havendo, como não havia, doutrinas envolvidas na pendência (MESQUITA, 1940, p. 173).

RICHMOND COMO CENTRO

A obra de Mesquita tem um centro gerador e orientador na sua escrita. Ainda que não deixe de reconhecer e citar a presença e participação de outros grupos protestantes no Brasil, metodistas, presbiterianos e congregacionais, tais grupos são estrategicamente esquecidos. Até batistas vindos da Europa, ao fazer referências a eles e analisá-los, o parâmetro para tal, é feito a partir dos batistas de Richmond, sede da Missão norte-americana.

A Missão de Richmond é, pois, central para os batistas no Brasil. Desde a publicação do livro do missionário Crabtree essa ideia já está assentada. Quando esse autor trata dos batistas europeus, tece considerações e comparações com relação às

práticas dos missionários de Richmond: “A constituição ou organização das igrejas baptistas lettas tem seguido a orientação européa e não norte-americana” (CRABTREE, 1937, p. 324).

A régua que mede os outros batistas tem a bitola forjada nas igrejas dos missionários nos Estados Unidos e sua fiel seguidora no Brasil, a Convenção Batista Brasileira. Manter-se independente, sem cooperar com os norte-americanos não era vista com bons olhos.

De todos os trabalhos batistas do Estado o mais empolgante seria o da Colônia Varpa, onde havia uma igreja de 1.200 membros na quase totalidade letos. Enquanto algumas igrejas de estrangeiros tem recusado cooperar com a Convenção Batista, êstes irmãos tem cooperado em tudo para a extensão da Causa. O mesmo espírito tem mantido através dos anos, a Igreja Leta, de Nova Odessa (MESQUITA, 1940, p. 335).

Se a recusa em cooperar não é bem-vista, fato mais grave é a oposição ou estorvo ao trabalho dos missionários. Em 1912 um dos missionários daquela Junta missionária escrevia, descrevendo as dificuldades que os batistas alemães criavam ao seu trabalho. E, talvez por isso, eles sejam descritos pejorativamente, ou seja, “padecendo de falta de orientação segura” (MESQUITA, 1940, p. 236).

No Rio Grande do Sul, provavelmente as dificuldades nas relações entre os dois grupos batistas tenham sido provocadas como reação ao trabalho do missionário Dunstan em Porto Alegre. Segundo Mesquita (1940, p. 235), Dunstan arregimentou alguns crentes e fundou a Primeira Igreja Batista daquela cidade. Não tendo começado qualquer tipo de pregação conversionista, os batistas que o missionário porventura tenha encontrado poderiam estar entre os europeus. Se os acontecidos foram assim mesmo, o grupo começou a se sentir ameaçado e tomaram as suas providências criando a sua Convenção e começaram as resistências aos norte-americanos.

No tempo em que o São Paulo começou a chamar a atenção para as oportunidades e possibilidades, muitas pessoas vieram para o Brasil, especialmente para aquelas terras. Era de se esperar que, entre tantos imigrantes, batistas também viessem em busca de oportunidades e liberdade religiosa. Quando os missionários ali chegaram, encontraram diversas igrejas e grupos organizados ou precisando de organização. Como aconteceu no Rio Grande do Sul, alguns não se mostraram dispostos a cooperar com Richmond. Por conseguinte, não foram contados entre os batistas: “No dia em que se conseguiu a cooperação de todas estas forças batistas, S. Paulo será o maior empório de forças evangelísticas [...] o número de igrejas duplicou ou triplicou, se quisermos contar as igrejas que não mantem trabalho cooperativo” (MESQUITA, 1940, p. 335).

Havendo igrejas batistas organizadas em qualquer lugar, caso houvesse vontade de trabalhar cooperativamente, teriam que passar por um exame doutrinário como faziam com o brasileiro vindo do catolicismo. Foi assim com os batistas em Paranaguá. O missionário Bagby foi até essa cidade para “estudar as condições” e “doutrinas” dos adeptos já constituídos em igreja. Ao final do exame, “foi achado que ela podia ser aceita nesta cooperação [...] tendo estudado bem as doutrinas [...] achou que a Igreja de Paranaguá era uma Igreja Batista em todos os pontos principais [...]” (MESQUITA, 1940, p. 110-111, 240). Uma igreja só seria verdadeiramente reconhecida como batista se passasse pelo crivo batistificante de Richmond.

Vejamos mais exemplos da centralidade de Richmond. No Espírito Santo, Mesquita narra a história de José Francisco, um evangelista leigo que batizou alguns dentre os fiéis. Tempos depois, com a chegada do missionário, o evangelista precisou se retratar, pedir perdão por seus atos e os que haviam sido batizados foram rebatizados. Fato semelhante aconteceu em Corumbá, Mato Grosso.

[...] havia um pregador em Corumbá, o Sr. José Corrêa Brasil, ex-membro da Igreja Batista de Paranaguá [...] No princípio de 1911 foram imersas, pelo Sr. Brasil 18 pessoas [...] Deter batizou 53 (sendo os 18 batizados pelo Sr. Brasil, pois “não ficaram satisfeitos com um batismo administrado por pessoa que nem era pastor nem membro de igreja batista”) (MESQUITA, 1940, p. 242, 243).

Quando os brasileiros começaram a se interessar em expandir suas igrejas para outras nações, Portugal esteve entre as primeiras a receber a atenção. Ali, os pastores foram ensinados a proceder da mesma forma como faziam os missionários no Brasil: precisavam examinar um por um. Eram os portugueses imitando os brasileiros, que, por sua vez, imitavam os norte-americanos, como aconteceu em 29 de setembro de 1912, em Porto, quando receberam por batismo Joseph Jones e os membros da Igreja Batista Livre, por este pastoreada. Paulo Torres, pastor da Igreja Evangélica Nacional em Lisboa, mostrando interesse nas doutrinas batistas, foram examinados ele e seu grupo. Ao final, todos foram batizados: o pastor, a esposa e outros 18 que com eles congregavam.

A centralidade da Missão de Richmond era o referencial para se aferir a autenticidade da fé dos batistas europeus, para medir e avaliar a possibilidade de cooperação e trabalho de outras agências missionárias dos batistas, como foi em Portugal.

ATENUAÇÃO DAS DIFICULDADES

Mesquita reconhece que “houve mitos senões” nas decisões tomadas ou na forma como agiram os missionários no Brasil. Contudo, os erros deveriam ser relevados, afinal, mexer em coisas sagradas é arriscar a profanar e ser profanado. Fazer uma “análise anatômica”, escreveu, (1940, p. 14) (do) “certo ou errado, seria ofender irmãos que fizeram o melhor que puderam [...] Outros heróis que já tombaram estão ainda quentes em nossa memória e ninguém gostaria que se metesse o bisturi nas suas

atividades. Seria uma profanação”. Os missionários tiveram a abnegação e altruísmo necessários para vir ao Brasil, sofrer e por aqui morrer. Essa atitude deveria ser suficiente para que os erros ou excessos cometidos fossem esquecidos pelo amor dos devotos ou pela ameaça velada do escritor - “seria uma profanação”.

Mesquita queria fazer acreditar que as intrigas e desavenças iam sendo arrumadas magicamente, por “força dos elementos naturais” (MESQUITA, 1940, p. 21, 140-141). Logo se vê a intencionalidade do autor, que é ajudar a amainar os ânimos exaltados por mais de uma década entre brasileiros e missionários: “Aquilo que não se tinha conseguido em 1926 com tanto esforço, veio naturalmente em 1936 sem esforço algum. O fator tempo bastou para resolver tudo [...] restabelecida a harmonia entre os batistas do norte do Brasil”. A partir da existência de uma força natural, o autor (p. 297), considera que os percalços não foram tão sérios, afinal, eram coisas “entre irmãos”: “brigas entre batistas são brigas de famílias e que mais dia menos dia acabam”.

122

A tentativa de atenuação se mostrou em outra área, a educação. O tema revelou as lutas de interesses entre os fiéis nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. No Rio deveria ser estabelecido um centro da educação teológica. Um problema, porém, era que desde 1902 já existia um Seminário em Recife, ao passo que o Seminário do Rio passou a existir somente em 1908. Para dar peso à decisão de transformar o Rio de Janeiro um tipo de Meca batista, o missionário Shepard veio do Recife para o Rio por decisão da Missão de Richmond (p. 25).

Mesmo não demonstrando as tensões internas entre igrejas e líderes, há uma nota em que o autor deixou escapar acerca das relações Rio-Pernambuco e da primogenitura da educação que este Estado deveria ter na denominação. Escrevendo a partir do Nordeste, ele insiste que Pernambuco deveria ser reconhecido na sua primazia no campo da educação teológica no Brasil.

Outra discórdia na educação teológica foi por questões simbólicas. As instituições do Rio tinham o *status* de oficiais diante da Convenção e as de Recife apenas eram reconhecidas como instituições da missão do Norte, algo como se estivessem um degrau ligeiramente inferior. Mesquita simplesmente escreveu que essa situação “não agradava aos batistas do norte”.

Mesquita chamou tais disputas (p. 100-101), de “desinteligências”. Seja como for, elas foram intensas tanto entre “nortistas” e “sulistas” quanto como entre os missionários. Talvez resulte daí a vinda em 1910 do Dr. T. B. Ray, em 1922 de J. F. Love e em 1935 de Charles E. Maddy, secretários da Junta sediada nos Estados Unidos. As primeiras três décadas desse século ainda não eram suficientes para ter no Brasil uma potência mundial a ponto de cada secretário daquela agência missionária fizesse uma visita de cortesia por aqui. Certamente, acontecimentos mais graves do que Mesquita relatou deviam ser a motivação principal.

Além da educação teológica, o ensino ‘secular’ foi igualmente palco de discórdias. A Missão norte-americana, antes contrária à criação de escolas, passou a investir pesadamente nessa área. Aliada às duas campanhas financeiras nos Estados Unidos em 1911 e de 1916. Com a campanha de 75 milhões de dólares, centenas de milhares de dólares foram investidos em compra de terrenos e construção de prédios para salas de aulas nos colégios batistas do Brasil.

Outra questão de fortes divergências foi com relação à maçonaria. Diversas igrejas se desligaram do convívio com os missionários e com a Convenção Batista Brasileira. Para Mesquita (p. 62), contudo, esse episódio teve um “feliz epílogo”.

O PAPEL DOS BRASILEIROS

Pela ótica de Mesquita, nada poderia ou deveria ser diferente do que foi. Primeiro, como já vimos, há quase um anátema sobre quem ousasse mexer naquilo que feito pelos missionários. Não cabia ao brasileiro, avaliar, mexer ou rejeitar qualquer coisa que já tivesse sido feito. Meter o “bisturi” seria profanação. A pessoa e obra do missionário eram tabus.

O brasileiro, sem nada saber de Convenções, sem dinheiro para viajar além de outras dificuldades materiais e espirituais, devia deixar que os missionários resolvessem tudo. A saída seria esperar que fizessem tudo e imitar as práticas do norte-americano, fazendo aqui algo que já se fazia lá. A dependência econômica daqui fazia perpetuar a dependência eclesiástica de lá. Como resultado, as relações entre brasileiros e norte-americanos foram assimétricas e assim se perpetuaram.

Examinemos, a partir de agora, alguns aspectos em que assimetrias aconteceram nas relações e as prováveis causas disso. A organização da Sociedade de senhoras do Brasil em 1889 no Rio de Janeiro, foi possível somente pelo fato de já ter uma organização semelhante nos Estados Unidos. Assim, o que as mulheres fizeram aqui foi um reflexo da estrutura denominacional do lá existia. Em tempo, o papel secundário da mulher brasileira ficou evidente quando se observa a relação das que lançaram as bases para tal instituição. Das treze mulheres citadas na criação da Sociedade, seis eram brasileiras e sete norte-americanas. As mulheres dos missionários fizeram no Brasil algo parecido com o que já havia nas suas terras.

Sigamos com outros exemplos. O sistema educacional, ainda não regulado no Brasil, propiciava que houvesse muitos métodos concorrentes: suíço, inglês, norte-americano, francês, alemão... Quando os batistas começaram a criar suas escolas, também o fizeram nos moldes das escolas existentes nos Estados Unidos. Usaram aqui as mesmas técnicas de ensino de lá.

Em 1918, no Recife, a escola chamada de “Departamento Normal” foi mudada para “*Training School*”, à semelhança do que existia nos Estados Unidos. Nova nomenclatura foi dada à mesma escola em 1919 – “Escola de Trabalhadoras Cristãs” –, sua diretora, contudo, foi a norte-americana D. Paulina White.

Os jovens também conheceram suas organizações em forma de Associação. No entanto, tinham que estar sob a liderança de uma pessoa mais velha, ou melhor, de um missionário. A liderança mais velha era necessária para que se evitasse os desvios da juventude.

Coube também a tarefa a um missionário, Salomão Ginsburg, a criação de uma Associação de pastores no Rio de Janeiro no início da segunda década do século vinte. Os pastores, cabeças pensantes na estrutura denominacional, não pensavam ou não achavam necessária a criação de tal Associação. Se algo deveria ser feito, que fosse pensado e feito por um dos missionários.

O papel secundário e subserviente que cabia aos brasileiros ficava ainda mais evidente quando aconteciam as visitas dos secretários da Missão de Richmond ao Brasil. Os missionários eram importantes, seus chefes, então, mais importantes ainda. Estes eram recebidos e tratados com status de chefes de Estado. Para a visita de T. B. Ray, chamado de “visitante ilustre”, “davam-lhe uma importância excepcional [...]”. Como uma personalidade pública ou superstar, “por toda a parte era recebido pelos crentes, autoridades e público com as mais vivas demonstrações de apreço” (MESQUITA, 1940, p. 154).

Quando da instalação da primeira reunião da Convenção Batista Brasileira, tudo ficou nas mãos dos missionários, visto que o brasileiro, segundo Mesquita (p. 354) “não estava preparado para essas arrancadas”.

A formação teológica foi outro fator onde a assimetria esteve presente. Sendo precárias as condições de treinamento teológico, uma das saídas foi apelar para a utilização dos “leigos”. Os leigos,

com isso, se sentiram importantes e valorizados, mas talvez por serem leigos, ficaram ainda mais dependentes dos missionários.

Os leigos cooptados para trabalhar nas igrejas eram treinados nas escolas dos mestres-escolas. Os missionários juntavam uma certa quantidade de jovens promissores e os treinavam em algumas disciplinas teológicas e práticas. Desse treinamento saíam os futuros pastores brasileiros para as igrejas. A atitude de colocar leigos cuidando das igrejas, ajudou a criar a independência em relação aos missionários. Por outro lado, revelou a falta de missionários em número suficiente para manter o controle sobre os leigos.

Outra forma de treinamento teológico era feita anualmente por ocasião das reuniões da Assembleia da Convenção. Tais reuniões eram propícias para o aprofundamento intensivo dos leigos. Às vezes esses seminários eram realizados antes, outro tempo poderiam acontecer depois das reuniões da Convenção: “Antes ou depois da Convenção havia um bem-organizado instituto bíblico onde eram ministradas disciplinas doutrinárias e de edificação cristã e pedagogia do trabalho” (MESQUITA, 1940, p. 306).

Pergunta-se, a esta altura, acerca da natureza dessas relações desniveladas, se elas faziam parte naturalmente da mentalidade brasileira ou se era imposta, ainda que de forma sub-reptícia, na cabeça dos nativos. Pode ser que as alternativas estejam corretas e que ambas tenham concorrido para a sedimentação de uma mentalidade subserviente na mente dos batistas brasileiros.

A liberdade de ação, as constantes mudanças e a liderança do trabalho entre os brasileiros ajudaram a forjar determinadas fidelidades destes em relação àqueles. Pettigrew também foi um missionário que conseguiu criar um grupo de adeptos que lhe era pessoalmente fiel. Em 1910 ele saiu de férias para os Estados Unidos, voltando em 1911. Quando voltou, não foi para Alagoas, mas para o Paraná. Manoel Virgínio, “seu antigo companheiro, induzido a segui-lo [...] se mudou em 23 de novembro de 1912” (MESQUITA, 1940, p. 150). Assim, ao redor da ideia do missionário também se juntavam os corpos físicos.

Existia, pois, a ideologia de um *'ethos'* missionário. Alguns deles, por exemplo, não admitiam a ideia de se criar algo semelhante a uma Convenção entre os brasileiros nos moldes do que existia nos Estados Unidos visto que o brasileiro não estava preparado para isso. Outros, por sua vez, estavam convictos de que existia uma certa gradação no trabalho eclesiástico. Pastorear parecia ser coisa de menor importância. Missionário tinha que fazer o trabalho de missionário, cabendo ao nativo o papel de auxiliar e de pastoreio da igreja.

Ao missionário, quando exercia a função de pastor, cabia-lhe pastorear as maiores igrejas em cada Estado, geralmente, a primeira igreja. No fundo, estavam convictos de que deviam ser evangelistas, cuidar de todo o trabalho burocrático da denominação: Comissões, Departamentos e Juntas. Do missionário Edwards, por exemplo, sabemos que fazia o seu trabalho de pastor a contragosto, pois julgava que os missionários não deviam prender-se a pastorados. Ele deixou isso muito claro ao escrever à sua Junta nos Estados Unidos: “É pena que o missionário tenha de gastar tempo pastoreando, enquanto não tivermos homens preparados os missionários tem de fazer este trabalho” (MESQUITA, 1940, p. 229).

Concluo esta parte da assimetria e imitação do brasileiro com o episódio da campanha das igrejas norte-americanas em 1919 dos 75 milhões de dólares. Reflexos dessa campanha se viram por aqui com o argumento de que “era natural” que os missionários pedissem aos vários campos iniciarem movimento análogo, chamado de Grande Campanha. Os brasileiros pretendiam levantar “2.100 contos de réis até o fim de 1924” (p. 130).

MUDANÇAS

O Brasil experimentou novos cenários políticos. Com isso, novas leis surgiram e ajudaram a mudar algumas das relações desniveladas que existiam entre nativos e norte-americanos. Já

vimos que os colégios batistas tiveram que passar por algumas adaptações em virtude das exigências reguladoras quanto à educação no país. Durante algum tempo, já entrado o século vinte, era opcional a equiparação dos diversos colégios e métodos de ensino com o Colégio Pedro II. Inicialmente, os batistas não aceitaram a equiparação. Contudo, a unificação passou a ter o caráter de obrigatoriedade e todos os colégios existentes deveriam ter o mesmo nível de ensino.

A Constituição de 1934 primou pela nacionalização das empresas e a participação de dois terços do pessoal de uma empresa que deveriam ser preenchidos por brasileiros. Até então, toda a direção administrativa, financeira e publicação da Casa Publicadora Batista estavam sob a direção dos missionários. Eles escreviam, traduziam e dirigiam o que se escrevia e o que se lia no Brasil. Eles ditavam as crenças e práticas aos fiéis brasileiros.

Outro fator determinante para a mudança das relações se deu com a crise econômica dos Estados Unidos no final dos anos vinte do século XIX. Essa situação afetou diretamente a questão dos investimentos feitos pelos batistas até então por aqui. A Missão de Richmond tinha investido milhares de dólares em orfanatos, hospitais, fazendas, colégios, terrenos, prédios, barcos, aviões, reformas, construções e pessoal. Nos últimos anos de 1920 as finanças começaram a se apoucar. Naturalmente que toda a estrutura construída aqui até então teve que ser repensada pois que muito menos dinheiro passou a ser enviado para o Brasil.

Com a crise, igrejas e pastores tiveram que se readaptar, inclusive os missionários, já que não tinham todo o dinheiro de antes e alguns nem mesmo o dinheiro que precisavam. Faltava dinheiro até para mandar de volta ao Brasil os missionários que tinham ido para o período de férias em suas terras. Segundo Mesquita, em 1926, um ano antes da queda da bolsa de Nova Iorque, Richmond fez um corte de 36% no dinheiro que enviava para o Brasil. A luta pela participação igualitária na administração das finanças da denominação se agravou nesse tempo. A possibilidade da par-

ticipação de brasileiros nos destinos da denominação foi um dos principais motores da chamada Questão Radical do Nordeste.

ELES ERAM TUDO

Visto que a obra de Mesquita acompanha cronologicamente o surgimento da estrutura da Convenção Batista Brasileira e que tal acontecimento se deu em função da força missionária, é fácil seguir a onipresença deles em todos os aspectos da denominação. A conclusão inevitável da leitura desse autor é que tudo foi feito a partir do missionário, e sem ele, nada do que foi feito se fez. Os missionários estavam em cada Departamento ou Junta, órgãos auxiliares – mulheres, crianças e jovens. Por lhes pertencer a ideia da criação da Convenção, Ginsburg, Deter e Bagby, segundo Mesquita (p. 21), se constituíram “automaticamente em comissão de propaganda e programa”. Os próximos parágrafos demonstram essa onipresença facilmente.

Diretoria: Presidente: F. F. Soren, 1º Vice: Joaquim F. Lessa, 2º Vice: João Borges da Rocha, 1º Secretário: T. R. Teixeira, 2º Secretário: M. I. Sampaio, Tesoureiro: Z. C. Taylor.

Comissão de Educação: Dr. J. W. Shepard, Dr. W. Cánada, D. L. Hamilton e W. B. Bagby.

Junta de Educação e Seminário: Dr. J. W. Shepard, A. B. Deter, W. B. Bagby, D. L. Hamilton, O. P. Maddox, Z. C. Taylor e W. Cánada.

Administração do Seminário: Por três anos: W. B. Bagby, A. B. Deter e Z. C. Taylor; por dois anos: S. L. Ginsburg, Dunstan e Reno; por um ano: W. H. Cánada e D. F. Crosland.

Missões Nacionais e Evangelização: Salomão Ginsburg, relator, Joaquim Lessa, A. B. Deter, E. A. Nelson e E. A. Jackson.

Para o estudo da criação da Junta de Missões Estrangeiras: W. B. Bagby, Salomão L. Ginsburg, F. F. Soren e A. L. Dunstan. Quando criada, sua composição foi a seguinte: W. H. Cánada,

João Borges da Rocha, Salomão Ginsburg, Pedro Falcão, José Paulino, Dr. W. B. Bagby, e E. A. Nelson.

Sociedade Publicadora Batista: Diretor, gerente-geral e redator de O Jornal Batista: A. B. Deter; Presidente: W. B. Bagby; Tesoureiro: Dr. F. de Miranda Pinto; Vogais: D. F. Crosland, Dr. O. P. Maddox e S. L. Ginsburg.

Junta de Escolas Dominicais: O. P. Maddox, D. F. Crosland, T. R. Teixeira, A. L. Dunstan, Dr. J. W. Shepard, Z. C. Taylor, e Dr. Francisco de Miranda Pinto.

A criação de uma Junta ou Associação da mocidade, iniciado em 1906, tiveram como cabeças os missionários Z. C. Taylor e S. L. Ginsburg. Quando instituída, ficou assim a sua composição: Z. C. Taylor, Henrique Gonçalves, João de Matos, Pettigrew, Manoel Inácio Sampaio, E. A. Jackson, e S. L. Ginsburg, - secretário correspondente.

A lógica da presença onipresente do missionário na denominação dos batistas no Brasil permaneceu inalterável por décadas. O missionário colocado em um determinado posto ficaria ali até ser removido, saísse de férias ou morresse. Já estava acertado que os missionários devessem ficar sempre “à testa do trabalho”, “residindo em Recife apenas dois casais de missionários que se revejavam na direção do trabalho” (MESQUITA, 1940, p. 143). Quando acontecia de um deles sair para outro Estado ou se aposentar, morrer ou sair de férias, deixava “sensível lacuna” (p. 60).

A criação de uma determinada estrutura por parte de um missionário era algo fácil de ser pensada. No entanto, isso não era possível, pelo menos na obra de Mesquita, por parte dos brasileiros. Uma das razões para isso é que normalmente não se tinha nacionais em posições de direção da máquina batista. Possuindo dinheiro, o missionário tinha sempre possibilidades maiores de locomoção de um local para outro. Daí não ser incomum ver-se que ora um missionário estava em um Estado, ora em outro.

Todas essas características davam ao missionário uma certa autonomia nas ações diante de brasileiros e até de outros missionários. Possuidores do saber intelectual, teológico e econômico, tinham a estratégia e o tempo a seu favor. Enfim, tinham os “cargo” – conceito dos nativos em Papua de habilidades e técnicas que um grupo dominador possui e que o dominado admira e deseja possuir (DIAMOND, 2011).

Shepard, enquanto diretor do Colégio do Rio, enfrentou oposição de brasileiros e missionários quando falava da possibilidade de equiparação dos colégios dos batistas ao colégio Pedro II. No entanto, trabalhou firme nessa direção, e, mesmo com um pequeno recuo, levou até o final a ideia que sempre desejara, a equiparação. Loren M. Reno chegou a adquirir reconhecimento além das fronteiras dos batistas. Morando e trabalhando no Espírito Santo, conseguiu a simpatia das autoridades governamentais, a ponto de lhes oferecerem terras para construir uma escola e um terreno para cemitério onde os protestantes fossem enterrados.

A necessidade de Reno chocava-se com a ideia da separação entre Igreja e Estado que os batistas têm como um dos princípios geradores de sua denominação. Nesse caso, ele não podia aceitar, mas não podia recusar também. Aceitou o terreno, mas recusou a gratuidade. Outro exemplo pode ser visto também a partir da presença de Terry. Através dele “foi conseguida a extensão da linha telegráfica até Corrente” (p. 259).

Os missionários, sem sombra de dúvida, foram os responsáveis pela criação de um imaginário entre os fiéis dessa denominação no Brasil. Uma das melhores formas de se ver isso é examinando a maneira como foram tratados, retratados, nomeados e descritos, especialmente os títulos que lhes foram dados. Não dá para deixar de notar, no entanto, o fato de que alguns missionários tiveram um reconhecimento bem superior a outros. Reno, foi retratado como a “alma mater” e denominado de “bispo” entre os batistas, (p. 192); Shepard foi descrito como possuidor de “larga visão”, “fundador e inspirador da grande obra

educativa”, por isso mesmo “teve muitos admiradores”, era “homem de valor” (p. 252). Eurico Nelson foi chamado de “o apóstolo da Amazônia” (p. 133).

Um bispo no Espírito Santo e um apóstolo no Amazonas. Os batistas também tinham lá suas hierarquizações. Entzminger foi chamado de “grande batalhador e doutrinador da denominação” (p. 20); Salomão Ginsburg, o “homem notável” (p. 152), e “gigante” (p. 197). Do missionário E. A. Jackson se escreveu que ele deixara saudades (p. 195); Maddox, com sua experiência era “uma aquisição de alto valor” (p. 217).

Dos missionários batistas, Entzminger talvez tenha sido um dos que deixou marca mais duradoura na mente dos batistas brasileiros. Mesquita escreveu que “este veterano” dirigiu “obras duradoiras e de maior fôlego”. Tendo morrido em 1930, sua mente, no entanto, “se havia dispersado pelas mentes de milhares de batistas”. Entzminger se multiplicou e se eternizou na mente dos brasileiros. Como um profeta, Mesquita escreveu (p. 272), que essa influência “continuará” por muito tempo.

Por tantos qualificativos atribuídos aos missionários, dá para vislumbrar o papel exercido por eles no Brasil e a notoriedade que tiveram. Mesquita fez a narração desse período e dos títulos que lhes foram atribuídos: “bispos”, “apóstolos” e “gigantes”, mas foi esse autor um dos principais defensores da figura central e centralizadora do missionário em relação ao brasileiro e suas igrejas.

Os missionários eram e deviam continuar a ser os líderes. Mesquita (p. 153) defendia o domínio do missionário tanto quanto advogava a subserviência do brasileiro. Restava a estes seguirem “à risca” os ditames e exemplos daqueles. O relato a seguir refere-se a Ginsburg, mas pode referir-se, se não a todos, pelo menos a boa parte dos missionários.

Na qualidade de superintendente, estava à frente do evangelismo, Salomão que em 1909 deixara Pernambuco para vir tomar a direção

do trabalho baiano [...] Logo que chegou pôs em prática os seus antigos métodos administrativos [...] Naturalmente cabia a Salomão a direção geral e em verdade era ele quem dirigia tudo visitando uma ou duas vezes por ano estes centros e dando a orientação que os obreiros seguiam à risca [...] visitava as igrejas, dava ordens, marcava as atividades dos obreiros até nova visita, e tomava providencias pedidas pelas condições do trabalho.

Foi por coordenar e determinar as tarefas de cada um, a capacidade de mandar, reordenar e remanejar seus liderados, de dirigir os pastores brasileiros do seu jeito na Bahia e Pernambuco que reconheceram o “dedo” daquele “gigante”. Quando escreveu acerca do “bispo batista”, Reno, sua descrição não foi diferente do que fizera com Ginsburg. Aquele ocupou um espaço que lhe cabia por natureza, pois teria de ser tudo: “Reno teria de ser tudo: orientador, educador, evangelista, etc., e foi esta feição de liderança e autoridade que lhe valeu o título de “bispo batista”, com que alguns o mimosearam” (MESQUITA, 1940, p. 192).

Como vimos, muitas atividades não eram bem-vistas pelos missionários. Questão de estilo pessoal ou dom para fazer tais trabalhos, vez ou outra eles reclamavam do excesso de coisas que tinham para fazer, e, principalmente, por fazer coisas que não gostariam de fazer: “[...] a contragosto deles mesmos, tinham de ser pastores, professores e tudo mais que concerne às atividades evangelísticas” (MESQUITA, 1940, p. 232). A despeito de tudo isso, para Mesquita, eles “tinham de ser tudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior defesa das práticas, papéis e comportamentos dos missionários vem em uma citação de Mesquita (p. 232) onde afirma que os missionários eram “tudo”. Nosso autor se rendeu à centralidade dos missionários afirmando que não poderia ser diferente: “Os que lerem estas crônicas notarão que levamos à conta dos missionários a maior parte das atividades evangelísti-

cas. Nisso não há lisonja. Pela natureza das coisas não se poderia esperar outro caminho. Eles eram os líderes do trabalho, os pastores, os diretores, tudo”.

Mesquita naturaliza as relações sociais desniveladas, com o prato da balança pendido para o lado dos missionários. E, ao naturalizar tais relações, acaba por consagrar o arbitrário: as coisas eram assim porque *deviam* ser assim ou porque *não deviam* ser diferentes.

A naturalização do arbitrário levou à auto proibição do exame crítico de tais relações, ao passo que serviu também de fundamentação da consagração das relações não naturais entre brasileiros e missionários. A relação de proximidade histórica e relacional entre o autor e os norte-americanos passou a ser dada como padrão para todos os seguidores dentre os batistas. A perpetuação da dependência e das relações desiguais passadas como necessárias ficaram ainda mais ideologicamente assentadas pelo fato de não terem sido impostas pelo dominador, mas por serem justificadas a partir do discurso de um dominado. Sendo Mesquita pastor, escritor, professor, teólogo, historiador, amigo e sustentado pelos missionários, seu discurso tomou ares de oficialidade e oficializante.

Para esse autor, ainda que os brasileiros não fossem incapazes, necessitavam da presença constante da inteligência e sabedoria dos missionários. Mesmo quando já estavam vivendo um tempo de transição ou de uma administração compartilhada entre brasileiros e missionários, um relatório enviado a Richmond em 1932 dá conta de que “todo trabalho estava sob a direção dos brasileiros com a inteligente ajuda dos missionários [...] eles pastoreavam as igrejas, custeavam as despesas das mesmas [...]” (MESQUITA, 1940, p. 312). O missionário Christie, à semelhança de Ginsburg, “[...] visitava, aconselhava e coordenava o trabalho”. O brasileiro não precisava apenas da presença inteligente do missionário, mas de conselho e de coordenação e essa tarefa era dos missionários.

Se, diferentemente da historiografia oficial, considera-se o surgimento da Primeira Igreja Batista no Brasil em Santa Bárbara do Oeste em 1871, as palavras de Mesquita foram escritas cerca de sessenta anos depois do momento fundante desse grupo no Brasil. A ausência de uma leitura crítica, no entanto, serviu como fundamento para que, mais de meio século depois, o espírito do brasileiro se mostrasse dócil, seguidor, submisso, sem que assumisse o seu próprio destino. O batista seria como um adulto que se recusa a amadurecer aos sessenta anos de idade; prefere ser tutorado, guiado e dirigido.

Nem a igreja de Santa Bárbara, fundada em 1871, nem a de *Station* (Americana), fundada em 1879, figuraram como a primeira e segunda igrejas batistas do Brasil. A que fora fundada em 1882, em Salvador, ficou conhecida como a primeira de todas as igrejas batistas em solo brasileiro. A festa do centenário do grupo foi realizada em 1982. O direito à datação foi mais uma das influências que tiveram os missionários sobre os brasileiros.

A historiografia dos batistas segue a cronologia da presença e influência dos missionários. Em 1982, ano do “centenário”, dois autores competiam pela historiografia oficial do grupo: Betty Antunes de Oliveira (segunda edição: 2005) e José dos Reis Pereira (1982). Uma mulher e um homem, um pastor e uma escritora. Naquele tempo, prevaleceu a história escrita pelo homem, que contava a história a partir dos missionários homens.

No século XIX aportou no Brasil a família real fugindo das tropas napoleônicas. Vindo com pompa e numerosos assistentes, ministros, nobres e companheiros, as casas dos brasileiros foram confiscadas em benefício da coroa. O rei não tinha vindo governar, mas sobreviver. Fugitivo em Portugal, se tornou rei no Brasil. Aqui ele e seus protegidos não se interessavam pelo Brasil, nem pelos brasileiros. O rei dizia o que tinha que ser feito. Com isso, o brasileiro ficou dependente daquele que manda. E, ainda que o rei aqui morasse, o Brasil continuava a ser colônia, dependente e sem autonomia.

Esse espírito de colônia parece ter ficado impregnado na mente do brasileiro. É melhor que os outros nos digam o que fazer. Como se diz nestas terras: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”; e ainda: “Soldado mandado não merece castigo”. A filosofia popular passou para o campo religioso. Da mesma forma, o que aconteceu nas igrejas batistas aqui foi um reflexo do que acontecia nas igrejas da outra América. Dito de outra forma, só aconteceu aqui porque aconteceu lá.

A história oficial está aí diante de nós. Reagir ou pensar diferentemente do *script* é arriscar-se a ser taxado de radical, como se fez no Nordeste. É fácil ser dominado por quem detém os “Cargo”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Pedro G. **Educação e conversão religiosa: os batistas de Richmond e o Colégio Taylor-Egídio de Jaguaquara, Bahia - 1882-1936.** Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2006.

ARAÚJO, João Pedro G. As mulheres estejam caladas. In: **Revista Fragmentos de Cultura.** Goiânia: PUC/GO, Dezembro/2012, Nº 4, p. 199-213.

ARAÚJO, João Pedro G. **Batistas, dominação e dependência.** São Paulo: Fonte editorial, 2015.

ARAÚJO, João Pedro G. **Histórias, tradições e pensamentos batistas.** São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

CRABTREE, A. R. **História dos batistas no Brasil, até o ano de 1906.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batistas, 1937.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

MACHADO, José N. **A contribuição batista para a educação brasileira.** Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

MADDOX, Sarah Gill. **A história de Ephigênia Roe Maddox: fundadora do Colégio Batista Mineiro.** Mississipi, 1ª Igreja Batista de Picayuna, 1950.

MESQUITA, Antonio N. **História dos batistas no Brasil de 1907 até 1935.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

OLIVEIRA, Betty A. de. **Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil.** São Paulo: Vida Nova: Ed. da autora, 2005.

PEREIRA, José dos Reis. **História dos batistas no Brasil (1882-1982).** Rio de Janeiro: JUERP, 1982.